

mostraram que só um pouco mais da metade das matérias podia ser classificada como informação pura, enquanto quase 40 por cento eram de natureza analítica ou interpretativa dos fatos ou tendências.

- ¹³ Daniel Halli, "Sound Bite News: Television Coverage of Elections, 1968-1988", *Journal of Communications* 42 (primavera de 1992), 6
- ¹⁴ *Ibid.*, 11.
- ¹⁵ Joseph N. Cappella e Kathleen Hall Jamieson, *Spiral of Cynicism: The Press and the Public Good* (Nova York: Oxford University Press, 1997), 31.
- ¹⁶ Rosenstiel, "The Beat Goes On", 30.
- ¹⁷ Michael Kelly, "Farmer Al", *Washington Post*, 24 de março de 1999.
- ¹⁸ Michael Kelly, "Gore: His wife, his public life, it's all been too perfect", *Baltimore Sun*, 13 de dezembro de 1987.
- ¹⁹ Philip J. Trounstein, "Cynicism and Skepticism," discurso feito em fórum do Comitê dos Jornalistas Preocupados, em Washington, D.C., 27 de março de 1998.
- ²⁰ Lou Urenick, "Newspapers Arrive at Economic Crossroads", *Nieman Reports*, edição especial, verão de 1999.
- ²¹ *Ibid.*, 6.
- ²² *Ibid.*, 5. De acordo com cifras da Inland Press Association, essas porcentagens cobrem cinco anos, até o fim de 1992, e os últimos cinco anos até o fim de 1997. Jornais menores, com circulação por volta de 50 mil exemplares. Jornais maiores, com 500 mil exemplares. A folha de pagamento dos jornais foi cortada entre 8 e 15 por cento. Os custos de produção foram cortados em 21 e 12 por cento. Em lugar de investir mais no produto, a indústria jornalística investiu mais no marketing e na tecnologia de marketing, aumentando as equipes de venda e as apresentações publicitárias.
- ²³ Com base em entrevistas feitas com executivos de televisão, acreditamos que essa prática é também comum no rádio.
- ²⁴ Overholser, "Editor Inc.", 54.
- ²⁵ Thomas Leonard, "The Wall: A Long History", *Columbia Journalism Review*, Janeiro de 2000, 28.
- ²⁶ Tom Johnson, "Excellence in the News: Who Really Decides", discurso feito no jantar do Prêmio Paul White, 2 de outubro de 1999; discurso no Prêmio Walter Cronkite, 12 de novembro de 1999.
- ²⁷ Peter Goldmark, "Setting the Testbed for Journalistic Values", 4ª. Conferência Anual sobre Jornalismo e Sociedade, Aspen Institute, 23 de agosto de 2000.
- ²⁸ Joe Strupp, "Where There's a Wall There's a Way", *Editor and Publisher*, 11 de dezembro de 1999, 23.
- ²⁹ *Ibid.*, 22.
- ³⁰ *Ibid.*
- ³¹ Edward Seaton, na convenção da Sociedade Americana de Editores de Jornais, 1999; de textos publicados no website da mesma associação, 46.

4. Jornalismo de Verificação

Ao escrever sua matéria, o correspondente grego queria convencer seu público leitor de que podia confiar nele. Não escrevia uma versão oficial da guerra e muito menos uma visão apressada da situação, e queria que seu público soubesse disso. Lutava para fazer um texto mais independente, mais confiável, mais duradouro. Não esquecia nunca como a memória, a perspectiva e a política podiam ofuscar as lembranças do que vira. Ele checara e recheckara os fatos.

Para transmitir tudo isso, decidiu explicar seus métodos de reportagem desde o começo. Esta é a metodologia da verdade que Tucídides elaborou no quinto século antes de Cristo, na introdução de seu relato da Guerra do Peloponeso:

Em relação à minha narrativa factual dos eventos... adotei como princípio não escrever a primeira história que me aparecia na frente, nem deixar me guiar pelas primeiras impressões; ou estava presente nos eventos que descrevia ou deles tinha ouvido relatos de testemunhas oculares cujas informações chequei o máximo possível. Não que isso tenha facilitado a descoberta da verdade: diferentes testemunhas dão versões diferentes dos mesmos eventos, falando de forma parcial para um lado e outro, ou então com base em lembranças imperfeitas.¹

2º Sem. Jornalismo
Prof. Botão
Texto 03

Por que esse trecho ainda parece tão contemporâneo, mais de Dois mil anos depois de ter sido escrito? Porque vai direto ao cerne da tarefa de escrever textos não ficcionais: como podemos peneirar rumor, fofoca, memória oscilante, interesses manipuladores e tentar capturar alguma coisa da forma mais precisa possível, sujeita à revisão sob a luz de nova informação e perspectiva? Como podemos superar nossos próprios limites de percepção, nossa própria experiência e chegar a um relato que mais gente reconhecerá como confiável? Deixemos de lado todos os debates sobre jornalismo, todas as diferenças entre os meios de comunicação ou entre uma época e outra. No dia-a-dia, essas são as questões reais enfrentadas por aqueles que tentam recolher a informação, entendê-la e depois transmiti-la a outros.

Mesmo não dispendo de nenhum código sobre o assunto, os jornalistas funcionam apoiados em algum tipo de método, altamente pessoal, para testar e fornecer a informação – sua própria disciplina individual da verificação. Essa disciplina consiste, entre outras práticas, em procurar várias testemunhas de um fato, descobrir novas fontes, indagar sobre os vários lados de uma questão. Esses métodos podem ser muito pessoais e idiossincráticos. O jornalista do *Los Angeles Times*, Rick Meyer, por exemplo, corta em pedaços suas anotações e entrevistas, organizando-as em cartões no chão de sua sala de trabalho. Essa verificação dos fatos também pode ser feita num processo institucional, como o famoso departamento de verificação da revista *The New Yorker*. Mas seja qual for o nome do processo, o tipo de veículo de comunicação, esses hábitos e métodos neles trazem embutido o terceiro princípio:

A essência do jornalismo é a disciplina da verificação

No fim, a disciplina da verificação é o que separa o jornalismo do entretenimento, da propaganda, da literatura ou da arte. O entretenimento – e seu primo “infotainment” – se concentra no que é mais divertido. A propaganda seleciona os fatos ou os inventa para servir a um propósito, que é a persuasão ou a manipulação. A literatura inventa cenários para chegar a uma impressão mais pessoal do que chama verdade.

Só o jornalismo se concentra primeiro em registrar direito o que aconteceu.

Por essa razão, os jornalistas se irritam tanto com os produtores de Hollywood quando estes incursionam em relatos da vida real. O correspondente do programa *60 Minutes*, Mike Wallace, ficou lívido, em 1999, depois de ver o filme *The Insider*, com Al Pacino, que inventou suas falas e alterou cenas para dar a entender que ele, Wallace, estava mais preocupado em deixar um “legado” quando cedeu às pressões da indústria do fumo ao fazer uma matéria sobre o tema. “Quando vocês me ouviram dizer a palavra ‘legado’? Isso é besteira da grande... e eu me sinto ofendido.”² O diretor do filme, Michael Mann, respondeu que embora algumas coisas tivessem sido mudadas para tornar a história mais dramática, o filme era “basicamente exato” dentro de uma definição mais ampla de veracidade, pois Wallace de fato havia cedido às pressões da indústria. Se as palavras haviam sido inventadas ou se os motivos de Wallace eram outros, não importava. Nesse sentido, a utilidade se converte num valor maior e a verdade literal fica subordinada às necessidades da ficção cinematográfica.

Os dois falam línguas diferentes. O diretor Mann diz que Wallace na verdade escondeu-se atrás dos fatos para encobrir o significado do que fez. Wallace insinua que o significado nunca pode ser desligado de um relato exato dos detalhes. Nesse caso, os dois argumentos talvez sejam defensáveis. Mas o processo jornalístico de verificação deve considerar os dois lados da questão.

Os jornalistas em geral falham ao ligar seus sentimentos mais profundos sobre o próprio ofício a questões filosóficas mais amplas do papel do jornalismo. Eles sabem como checar uma história, mas nem sempre conseguem articular o papel da verificação relacionado com a sociedade. Aí reside a função central do jornalismo. Como escreveu Walter Lippman em 1920, "Não pode haver liberdade numa comunidade que não conta com a informação por meio da qual se detectam as mentiras".³

O SIGNIFICADO PERDIDO DA OBJETIVIDADE. Talvez porque a disciplina da verificação é tão pessoal e tão mal explicada, ela também é parte de uma das grandes confusões do jornalismo – o conceito de objetividade. O significado original dessa idéia é hoje muito mal compreendido e, de certa forma, esfuma-se no ar.

Quando o conceito apareceu, não significava que os jornalistas estavam livres de preconceitos. Muito pelo contrário. O termo começou a surgir como parte do jornalismo no começo do último século, particularmente por volta dos anos 20, com base na crença de que os jornalistas trabalhavam de fato com muitos preconceitos, às vezes em nível inconsciente. A objetividade reclamava dos jornalistas que desenvolvessem um método consistente de testar a informação – um enfoque trans-

parente com as provas disponíveis – precisamente para que os preconceitos pessoais ou culturais não prejudicassem a exatidão de seu trabalho.

Na última parte do século 19, os jornalistas falavam sobre alguma coisa que chamavam de realismo, não objetividade.⁴ Essa idéia era a de que se os repórteres cavassem os fatos e os ordenassem direito, a verdade apareceria naturalmente. O realismo emergiu numa época em que o jornalismo se separava dos partidos políticos e se tornava mais preciso. Coincidia isso também com a invenção do que os jornalistas chamam de pirâmide invertida, na qual o profissional coloca os fatos partindo do mais importante até o menos importante, achando que com isso ajuda os leitores a entender as coisas de uma forma mais natural.

Contudo, já no começo do século 20, alguns jornalistas manifestavam sua preocupação com a ingenuidade do realismo. De certa forma, repórteres e editores já estavam mais atentos ao surgimento da propaganda política e do papel dos assessores de imprensa e relações públicas. Numa época em que Freud desenvolvia suas teorias do inconsciente e pintores como Picasso faziam experiências com o Cubismo, os jornalistas também apuravam seu entendimento da subjetividade humana. Em 1919, Walter Lippmann e Charles Merz, um editor associado do jornal *New York World*, escreveram um relato importante e contundente de como certos antolhos culturais distorceram a cobertura do *New York Times* da Revolução Russa.⁵ "No geral, as notícias sobre a Rússia se convertem num caso de ver as coisas não como eram, mas como os homens queriam ver", eles escreveram. Lippmann e outros começaram a pensar em formas pelas quais o jornalista podia "livrar-se de seus preconceitos

irracionais, não refletidos, inconscientes até, na observação, entendimento e apresentação dos fatos".⁶

O jornalismo, disse então Lippmann, era praticado por "testemunhas acidentais sem nenhum treino profissional". Boas intenções, ou o que alguns chamam de "esforços honestos" por parte dos jornalistas, não eram suficientes. Tampouco era suficiente a fé no individualismo áspero do repórter machão, que Lippmann chamava de "cinismo do ofício". Também não eram suficientes algumas das inovações da época, como matérias assinadas, ou colunistas.⁷

A solução, Lippmann argumentava, era que os jornalistas adquirissem um pouco de "espírito científico... Só existe um tipo de unidade possível num mundo diversificado como o nosso. É a unidade de método, não de objetivo; a unidade do experimento disciplinado". Com isso Lippmann queria dizer que o jornalismo devia aspirar a um "método intelectual comum e uma área comum de fato válido". Para começar, ele pensava, o então novo campo da educação jornalística devia deixar de ser de "escolas de ofício designadas a formar profissionais para ganhar altos salários nas organizações existentes". Ao contrário, a educação jornalística devia ter como ponto central o estudo da prova e da verificação.⁸

Embora fosse aquela uma época de fé na ciência, Lippmann tinha poucas ilusões. "Não importa que as notícias não sejam suscetíveis a um princípio matemático. Na verdade, justamente porque as notícias são complexas e escorregadias a boa reportagem exige o exercício das mais altas virtudes científicas".⁹

Em outras palavras, no conceito original o método é objetivo, não o jornalista. A chave estava na disciplina do ofício, não em sua finalidade.

Esse ponto tem algumas implicações importantes. Uma delas é que a voz imparcial utilizada por muitas empresas jornalísticas, aquele familiar, supostamente neutro estilo de redação das notícias não é um princípio fundamental do jornalismo. Ao contrário, é quase sempre um recurso oportunista que as empresas usam para destacar o fato de que produzem alguma coisa obtida por métodos objetivos. A segunda implicação é que essa voz neutra, sem uma disciplina da verificação, cria um verniz que esconde alguma coisa turva. Os jornalistas que selecionam as fontes para expressar o que na verdade é seu próprio ponto de vista, e depois usam a voz neutra para que tudo pareça bem objetivo, estão trapaceando. Isso prejudica a credibilidade da profissão ao fazê-la parecer sem princípios, desonesta e preconceituosa. Este é um alerta muito importante, numa era em que os padrões jornalísticos são postos em dúvida.

Lippmann não foi o único a advertir sobre a necessidade de um sentido maior de profissionalismo, embora seus argumentos sejam os mais sofisticados. Joseph Pulitzer, o grande inovador da chamada imprensa marrom, de escândalos, muito tempo antes já havia criado a Faculdade de Jornalismo da Universidade de Columbia, em Nova York, com as mesmas idéias em mente, mas não tão bem articuladas. O Sindicato dos Jornalistas foi fundado em grande parte com o objetivo de profissionalizar o jornalismo americano.

Ao longo dos anos, contudo, esse entendimento original e mais refinado do conceito de objetividade ficou muito confuso e acabou perdendo seu significado. Escritores como Leo Rosten, que escreveu um estudo sociológico importante sobre os jornalistas, usou o termo para indicar que o jornalista era objetivo. Nada surpreendido, logo viu que a idéia pegava.

Também opinaram muitos juristas, declarando ser a objetividade impossível. Muitos jornalistas nunca realmente entenderam o que Lippmann queria dizer.¹⁰ Com a passagem do tempo, os jornalistas começaram a rejeitar o termo *objetividade*, qualificando-o de ilusório.

Enquanto isso, os repórteres afinavam o conceito de Lippmann, mas só o faziam em rodas de colegas, em nome da técnica ou da rotina da reportagem, nunca tendo em mente o conceito de uma forma mais ampla e profunda. A noção de um método de reportagem objetivo existe em fragmentos, que passam de repórter a repórter. O psicólogo William Damon, da Universidade de Stanford, por exemplo, identificou várias “estratégias” que os jornalistas desenvolvem para checar os dados de uma reportagem. Damon perguntou aos seus entrevistados onde haviam aprendido tais conceitos. Disse a maioria: errando e aprendendo, por minha conta, ou de um colega. Raros disseram ter aprendido numa escola de jornalismo ou de seus próprios editores.¹¹ Muitos livros úteis têm sido escritos. Um grupo autodenominado Investigative Reporters and Editors, por exemplo, vem tentando desenvolver uma metodologia para ensinar os jornalistas a consultar arquivos públicos, ler documentos e fazer um requerimento adequado para ter acesso a papéis secretos do governo, dentro do chamado Freedom of Information Act.

De modo geral, contudo, essas estratégias informais não têm sido colocadas dentro da ampla e compreensível disciplina que Lippmann e outros pregavam. Não existe nada que se aproxime de regras padrão para levantar provas, como no Direito, ou um método consensual de observação, como na realização de experiências científicas.

Também não se sabe de nenhuma expansão nos velhos métodos de verificação de forma a torná-los compatíveis com os novos caminhos do jornalismo. Embora a profissão tenha desenvolvido várias técnicas e convenções para determinar os fatos, pouco tem feito para desenvolver um *sistema* para testar a confiabilidade da interpretação jornalística.

JORNALISMO DE AFIRMAÇÃO CONTRA JORNALISMO DE VERIFICAÇÃO. Agora, contudo, a moderna cultura da imprensa de maneira geral enfraquece a metodologia de verificação criada pelos jornalistas. A tecnologia é parte disso. “A Internet e a Nexis (mais outros serviços surgidos nos últimos dez anos para compartilhar e disseminar vídeo) permitem aos jornalistas fácil acesso às matérias e declarações sem que façam um trabalho de investigação”, disse a jornalista Geneva Overholser ao nosso Comitê dos Jornalistas Preocupados. Os fatos são fáceis de obter, de se reescrever e depois redirecionar. Nesta era de notícias 24 horas, os jornalistas agora passam mais tempo procurando alguma coisa para acrescentar às suas matérias, geralmente interpretação, em lugar de tentar descobrir e checar, de forma independente, novos fatos. “A partir do momento em que a matéria se forma na cabeça do jornalista, é como se o comportamento do rebanho fosse verdadeiro. A matéria é determinada por uma mídia – o relato de um jornal ou uma emissora de televisão... Isso acontece em parte porque as empresas jornalísticas estão consolidando seus impérios, e também por causa da reportagem eletrônica todos nós bebemos da mesma fonte”, disse Overholser.¹²

O caso do candidato presidencial Al Gore é só um exemplo de como a tecnologia pode debilitar o processo da dupla

checagem. Quando Gore fazia sua campanha para a eleição presidencial de 2000, a imprensa começou a se concentrar na clara tendência do político para exagerar seus feitos anteriores. Uma matéria falava do “problema de Pinóquio” de Gore, outra o chamava de “mentiroso” e uma terceira de “enganador”.¹³ Uma prova importante de tudo isso era sua alegação de que havia descoberto um depósito de lixo tóxico no estado de Nova York. O problema é que Gore nunca havia dito tal coisa. Ele contara a um grupo de estudantes secundários que ouviu falar pela primeira vez de lixo tóxico quando um cidadão lhe comentou sobre uma cidade poluída do Tennessee, Toone. Ele quis então investigar melhor o problema. “Procurei pelo país outras áreas como aquela”, disse aos estudantes, “e encontrei um pequeno lugar no estado de Nova York chamado Love Canal. Mas tudo começou de fato naquele lugar do Tennessee”.¹⁴

No dia seguinte, contudo, o *Washington Post* distorceu as palavras de Gore, atribuindo-lhe um “fui eu quem começou tudo isso”. O *New York Times* reproduziu a distorção do *Post*. Logo, o resto da imprensa publicou a notícia, apoiando-se nos relatos equivocados dos dois grandes jornais. Ninguém percebeu que a agência AP publicara corretamente o que dissera Gore. O assunto só foi esclarecido quando os próprios estudantes secundários reclamaram de toda essa confusão.

Enquanto gastam mais tempo tentando sintetizar a enorme massa de informação que tiram dos portais da Internet, os jornalistas correm o risco de se tornarem mais passivos, recebendo mais do que procurando saber. Para ajudar a combater esse risco só existe um caminho: um melhor entendimento do significado original de objetividade, que daria maior solidez à informação. Nós, autores deste livro, não somos os únicos a

reconhecer essa necessidade. “O jornalismo e a ciência têm as mesmas raízes intelectuais”, disse Phil Meyer, professor de jornalismo da Universidade de North Carolina, “vêm do Iluminismo dos séculos 17 e 18. O mesmo pensamento que levou à criação da Primeira Emenda” – a idéia de que no meio da diversidade de pontos de vista temos maiores possibilidades de conhecer a verdade – também “levou ao método científico... Acredito que essa conexão entre jornalismo e ciência deve ser restaurada na medida do possível... Acho que devemos dar ênfase à objetividade de método. Isso é o método subjetivo – nossa humanidade, nossos impulsos subjetivos... direcionados no sentido de decidir o que investigar através de meios objetivos”.¹⁵

Sob esse ponto de vista, isenção e equilíbrio ganham um novo significado. Em vez de serem considerados como altos princípios, na verdade são técnicas – recursos – para ajudar os jornalistas no desenvolvimento e verificação de seus relatos. Essas técnicas, contudo, nunca devem ser utilizadas só na fachada ou invocadas como os objetivos do jornalismo. Seu valor reside em ajudar-nos a chegar mais perto de uma verificação autêntica e uma versão confiável dos fatos.

O equilíbrio, por exemplo, pode levar à distorção. Se uma grande parte dos cientistas, outro exemplo, acredita que o aquecimento global é um fato científico, ou que certo tratamento médico é com certeza o mais seguro, seria um desserviço para os cidadãos – e para a verdade – criar a impressão de que o debate científico também está igualmente dividido. Infelizmente, com frequência o equilíbrio jornalístico é mal construído e leva a esse tipo de significado quase matemático, como se uma boa matéria fosse aquela que apresenta declarações

de ambos os lados. Como sabem os jornalistas, uma determinada história pode ter mais de dois lados. E às vezes buscar o equilíbrio de todos os lados não resulta numa reflexão verdadeira da realidade.

A imparcialidade, por sua vez, também pode ser mal entendida se considerada como um objetivo em si mesma. Imparcialidade deve significar que o jornalista está sendo equânime e isento em relação aos fatos, e ao entendimento que os cidadãos têm deles. Não deve significar "estou sendo justo com minhas fontes, de forma que nenhuma delas ficará chateada?". Tampouco deve o jornalista perguntar "será que a minha matéria parece imparcial?". Estes são julgamentos subjetivos que talvez afastem o jornalista da necessidade de checar ainda mais seu trabalho.

No esclarecimento desses mal-entendidos e na melhoria da disciplina da verificação reside o passo mais importante que os jornalistas podem dar para aprimorar a qualidade da informação e a discussão pública. No fim, essa disciplina é o que separa o jornalismo de outros campos e cria uma razão econômica para sua sobrevivência. Uma disciplina mais consciente da verificação é o melhor antídoto para evitar que o velho jornalismo de verificação seja atropelado pelo novo jornalismo de afirmação, e forneceria aos cidadãos uma base para confiar nos relatos jornalísticos.

Que cara afinal teria esse jornalismo de método objetivo e não de simples objetivo? O que deveriam esperar os cidadãos de uma imprensa com uma razoável disciplina de reportagem?

Ao ouvirmos e estudarmos os pensamentos de jornalistas, cidadãos e outros interessados no assunto da informação, observamos um conjunto firme de conceitos básicos da discipli-

na da verificação. São os princípios intelectuais da ciência da reportagem:

1. **Nunca acrescente nada que não exista.**
2. **Nunca engane o público.**
3. **Seja o mais transparente possível sobre seus métodos e motivos.**
4. **Confie só no seu próprio trabalho de reportagem.**
5. **Seja humilde.**

Vamos então examinar um por um desses pontos.

Num paralelo importante ao novo jornalismo de afirmação, deparamo-nos também com a ficção dando uma de não-ficção. O fenômeno é conhecido por vários nomes em diferentes áreas da profissão. Na televisão, os produtores chamam-no de "docudrama". É pura invenção. Em alguns casos, pura mentira. Curiosamente, no jornalismo existe quem acredite que a narrativa de não-ficção e o uso do estilo literário para fazer não-ficção devem ser misturados dentro do território da imaginação. Muitos dos melhores estilistas de não-ficção tampouco percebem o problema, que continua crescendo. Ironicamente, isso também é desnecessário. A narrativa de não-ficção não precisa ser inventada para ser bem feita. Mark Kramer, da Universidade de Boston, apresenta um conjunto de regras que pode ser usado por qualquer jornalista ou estilista literário; por exemplo, ele fala de monólogos interiores: "Não atribua pensamentos às fontes a menos que estas digam que de fato tiveram esses pensamentos". Steve Lopez, redator da Time Inc., diz que as normas e recursos podem diferir dependendo da matéria, mas o princípio não: se não for possível checar,

verificar, não use a informação. John Pearce, um redator da revista *The New Yorker* conhecido pela força de seu estilo narrativo, talvez tenha resumido muito bem certos imperativos do ofício: "O escritor de não-ficção se comunica com o leitor por meio de gente de verdade em lugares de verdade. Então, se essa gente fala, nós reproduzimos o que eles disseram. Não decidimos o que eles disseram... Não inventamos diálogos. Não construímos uma personalidade acabada... E tampouco entramos em sua maneira de ser, pensando por eles. Não podemos entrevistar os mortos. Se o profissional de texto tem tudo isso bem resumido em sua cabeça, ele leva vantagem sobre aqueles que não têm".¹⁶

Em 1980, John Hersey, ganhador do Prêmio Pulitzer por seu famoso texto *Hiroshima*, publicado na revista *The New Yorker*, que descreve os efeitos do uso da bomba atômica na Segunda Guerra Mundial, tentou elaborar um princípio para dar mais força ao jornalismo sem cruzar a linha entre fato e ficção. Em seu artigo "The Legend on the License", Hersey advogava por um padrão rigoroso: nunca invente. O credo implícito do jornalismo é "nada aqui é inventado".

Hoje, acreditamos que o padrão ditado por Hersey, o "nunca invente", precisa ser redefinido. Em seu livro *Midnight in the Garden of Good and Evil*, o escritor John Berendt usou figuras compostas e condensou vários fatos em um único, para maior efeito dramático. O biógrafo de Ronald Reagan, Edmund Morris, acredita que poderia ter tornado a vida do presidente mais interessante se ele, autor, tivesse entrado na história como um personagem. Mas na verdade todos esses truques – reconstrução de diálogos, uso de personagens compósitos, síntese de fatos e transporte de gente no tempo – são invenções.

Junto com Roy Peter Clark, professor sênior do Poynter Institute, da Flórida, desenvolvemos um conjunto atualizado de idéias para os jornalistas usarem no momento em que confrontam os escolhos entre o fato e a ficção.

Não acrescente. Isso significa não colocar nada que não tenha acontecido. Vai mais longe do que o "nunca invente", pois também engloba o recurso de rearranjar os fatos no tempo e no espaço ou fundir personagens ou eventos. Se uma sirene soou durante a gravação de uma matéria de televisão, e para efeito dramático foi passada para outra cena, isso significa que houve um acréscimo na segunda cena. O que antes era fato virou ficção.

Não engane. Isso significa que nunca devemos desorientar o leitor. Enganar as pessoas é uma forma de mentir e fazer pouco caso da idéia de que o jornalismo tem um compromisso com a verdade. Esse princípio está intimamente ligado ao anterior, *não acrescente*. Se mexemos no som de uma sirene e não informamos o público sobre isso, então o estamos enganando. E se informar o público sobre a mudança pega mal, então está claro que foi uma decisão imprópria. Esta é uma boa forma de verificação. Como se sentiria o público ao saber que mudamos o som da sirene de um trecho a outro da matéria, para efeitos dramáticos? É quase certo que considerariam o truque grosseiro.

Não enganar significa que se decidimos usar técnicas narrativas que diferem da forma mais comum de reportagem testemunhal, o público deve saber. Quanto à questão das citações, uma pesquisa com jornalistas revelou um consenso amplo

sobre o problema. Com exceção da troca de palavras para corrigir erros gramaticais, a maioria acredita que deve dar algum sinal ao público – como elipses ou colchetes – se houve mudança de palavras dentro das aspas ou frases cortadas para maior clareza.¹⁸

Se um jornalista reconstrói citações ou fatos que não testemunhou, o “não enganar” indica que o público deve saber que essas citações específicas foram reconstituídas e como se procedeu a sua verificação. Não basta uma vaga advertência do autor, no começo de um livro ou de uma matéria, informando que “algumas entrevistas foram reconstruídas”. Que entrevistas? Reconstruídas como? Essas advertências incompletas não informam nada, só contribuem para mais distorções.

Transparência. Se os jornalistas procuram a verdade, se entendem também que devem ser honestos e verazes com seu público – que apresentem a verdade. Além disso, essa responsabilidade exige que os jornalistas sejam, no limite de sua capacidade, abertos e honestos com o público, informando o que sabem e o que não sabem. Como pode um profissional de imprensa dizer que procura a verdade se não pode ser honesto com seu público acima de tudo?

A única maneira prática de dizer ao público o quanto sabemos é revelar o máximo possível sobre nossas fontes e métodos. Como sabemos o que sabemos? Quais são nossas fontes? Que tanto sabem elas? Que preconceitos mostram? Existem relatos conflitantes? O que não sabemos? Chamamos isso de Regra da Transparência. Consideramos essa regra o mais importante elemento na criação de uma melhor disciplina da verificação.

Grande parte das limitações enfrentadas pelos jornalistas ao tentar passar da exatidão à verdade são corrigidas, se não superadas, se formos honestos sobre a natureza do que sabemos, por que confiamos nisso e que esforços fazemos para saber mais.

A transparência tem uma segunda virtude: mostra o respeito dos jornalistas por seu público. Permite a este julgar a validade da informação, o processo pelo qual essa mesma informação foi obtida e os motivos e preconceitos do jornalista que a transmite. Assim, a transparência se torna a melhor proteção contra erros e enganos por parte das fontes. Se a melhor informação disponível vem de uma fonte altamente preconceituosa, nomear essa fonte revelará ao público algum possível preconceito embutido na informação – e talvez também iniba a fonte de desviar-se da verdade.

A transparência também ajuda a deixar bem claro que o jornalista tem um motivo ou interesse público – outra chave da credibilidade. O empenho do jornalista em ser transparente sobre seu próprio trabalho tem papel vital no processo de mostrar que o profissional está de fato comprometido com a verdade.

A mentira, ou o erro, está em pretender ser onisciente ou alardear mais conhecimento do que realmente temos.

Como funciona a Regra da Transparência? Começa por cima, ou seja, em reuniões públicas, discursos ou nas colunas editoriais, sobretudo em períodos de controvérsia. O editor do *Washington Post*, Leonard Downie, escreveu um texto explicando a separação entre noticiário e página editorial, no mesmo dia em que o jornal decidia que candidato presidencial ia apoiar. Depois, a Regra da Transparência desce para o campo das matérias, onde as coisas devem ficar bastante claras. Se

um texto indica “especialistas dizem”, quantos são esses especialistas com que o repórter conversou?

Esta é a chave do problema: a Regra da Transparência envolve o jornalista perguntando, em cada fato, o seguinte: “O que o meu público leitor precisa saber para avaliar esta informação por sua própria conta? E haverá no tratamento dado à minha matéria alguma coisa que exija explicação?”

Trata-se do mesmo princípio que orienta o método científico: explicar como aprendemos alguma coisa e por que nela acreditamos – de forma que o público possa fazer a mesma coisa. Na ciência, a confiabilidade de um experimento, ou sua objetividade, se define pelo fato de se alguém pode ou não reproduzir o experimento. No jornalismo, só explicando como sabemos o que sabemos podemos fazer com que o público possa, queira, reproduzir a informação. É isso o que significa objetividade de método na ciência, ou no jornalismo.

Ao mesmo tempo em que ele próprio tinha suas dúvidas de que os jornalistas podem de fato chegar à verdade, Walter Lippmann reconhecia esse risco. “Não há defesa, nenhum cansaço, nenhuma desculpa, para escrever seis vezes que Lênin morreu, quando a única informação de que o jornal dispõe sobre isso vem de uma fonte que repetidas vezes foi dada como não confiável. A notícia, naquela circunstância, não é que ‘Lênin morreu’, mas que ‘Helsingfors diz que Lênin morreu’. E um jornal pode ser responsabilizado, não tanto pela morte de Lênin, mas pela confiabilidade da fonte de informação. Se existe um assunto em que os editores se mostram mais responsáveis é na avaliação correta da seriedade da fonte”.¹⁹

Infelizmente, a idéia de transparência é quase sempre violada. Muitos jornalistas falham ao não falar nada sobre méto-

dos, motivos e fontes. Noticiários de televisão simplesmente informam “fontes disseram”, uma maneira de economizar tempo no ar. Outro erro. No Congresso americano a norma é que os funcionários mencionados nas matérias fiquem sempre no anonimato. À medida que o público se mostra mais cético sobre os jornalistas e a elite política, esse procedimento é outro desserviço, aumentando ainda mais as suspeitas sobre os profissionais de imprensa.

Fontes Enganosas: um Corolário à Transparência. A Regra da Transparência também revela algumas coisas sobre a forma como os jornalistas lidam com suas fontes. Obviamente eles não devem mentir nem enganar suas fontes no processo de tentar contar a verdade ao público.

Infelizmente, os jornalistas que não refletem sobre a chamada transparência quase sempre passam por cima desse princípio. Blefando com a fonte, não informando-a sobre o ângulo real da matéria, até mesmo mentindo sobre outros aspectos da entrevista, todas essas são técnicas aplicadas por alguns jornalistas – em nome da busca da verdade. Embora à primeira vista a sinceridade possa atrapalhar o trabalho dos repórteres, na maioria dos casos isso não acontece. Muitos repórteres acabam descobrindo que esse estilo aberto de trabalhar pode conferir-lhes grande influência. “Sempre achei melhor ser sincero com a fonte, contar-lhe o que estou fazendo e aonde vou”, disse-nos a repórter política do *Boston Globe*, Jill Zuckman. O repórter do *Washington Post*, Jay Matthews, costuma mostrar para as fontes rascunhos de suas matérias. Ele acredita que isso aumenta a exatidão e as nuances de seus textos.²⁰

Da mesma forma, os jornalistas devem esperar um comportamento veraz de suas fontes. Muitos repórteres acreditam que se uma fonte que ficou anônima desviou o jornalista do caminho certo, essa fonte então deve ser revelada. A verdade é parte da negociação de anonimato.

Existe uma categoria especial de jornalistas que engana as fontes. O processo é chamado de mascarada. É quando o jornalista passa por outra pessoa para conseguir a matéria, dessa forma ludibriando as fontes. A técnica de reportagem feita sob esse disfarce, meio clandestino, não é nada nova. Houve jornalistas famosos, especializados em denunciar corrupção, que usaram a técnica do disfarce no começo do século 20. Foi o caso, por exemplo, da repórter de Hearst Nellie Bly, que certa vez se fez de louca para entrar num hospício de San Francisco e revelar todos os maus-tratos e barbaridades infligidos aos doentes mentais. A televisão hoje usa o mesmo truque, na forma de minicâmeras escondidas, para assim expor suas denúncias.

O que ganhamos com o público ao enganar e fugir à transparência, lançando mão da tal mascarada? Acreditamos que esses recursos até podem ser usados pelos jornalistas. Melhor dizendo, os jornalistas deveriam usar um teste similar aos conceitos que justificam a desobediência civil, decidindo quando usar um disfarce. Os cidadãos também deveriam aplicar o mesmo teste para avaliar o que pensam desse recurso. Três são os passos para fazermos esse teste:

1. **A informação deve ser vital ao interesse público para justificar a fraude.**
2. **Os jornalistas não devem usar o recurso a não ser que não exista outra forma de conseguir a matéria.**

3. **Os jornalistas devem revelar ao seu público sempre que manipularam suas fontes para conseguir a informação, e explicar suas razões, incluindo por que a matéria justifica a fraude e por que essa foi a única forma de conseguir a informação.**

Com esse enfoque, os cidadãos podem decidir por si mesmos se essa desonestidade jornalística se justifica ou não. E os jornalistas, por sua vez, foram claros com a população a quem devem sua lealdade maior.

Já discutimos bastante essa idéia de um jornalismo mais transparente porque, acreditamos, isso ajudará, a longo prazo, no surgimento de um público mais perceptivo. Um público que pode prontamente ver a diferença entre o jornalismo de princípio e a imitação descuidada e de interesse próprio. Nesse sentido, os jornalistas podem usar o novo poder do mercado para se tornar uma força no jornalismo de qualidade.

Essa mesma transparência significa impregnar a informação com uma visão de como a matéria afinal nasceu e o porquê de como foi apresentada. Durante a cobertura do escândalo do ex-presidente Bill Clinton com a estagiária da Casa Branca Monica Lewinsky, o *New York Times* fez isso, explicando aos leitores por que uma matéria sobre as denúncias de uma mulher chamada Juanita Broaddrick ficou na gaveta algum tempo e depois foi publicada na página 16. Broaddrick alegava que o presidente Clinton a forçara ao ato sexual, há vinte e um anos, no Arkansas, embora ela não tivesse denunciado na ocasião, nem quando explodiu o episódio com Monica Lewinsky. Ela também não pretendia levar o caso à justiça.

As repórteres Felicity Barringer e David Firestone entrevistaram seu próprio editor, Bill Keller, e incluíram sua explicação na matéria: os méritos das acusações de Broaddrick são, no final das contas, “provavelmente desconhecidos... legalmente o caso não parece ir para a frente... O Congresso não vai decretar outro impeachment... e francamente já estamos um pouco cansados de tanto escândalo”, disse Keller na matéria. Alguns cidadãos não concordaram com isso, mas pelo menos receberam alguma explicação sobre as notícias que liam, não uma falsa impressão de que as notícias são uma realidade objetiva e não um produto do julgamento humano.²¹

Dois aspectos são importantes aqui. Primeiro, as repórteres sentiram a relevância de informar o leitor de como haviam sido tomadas as decisões informativas e quais eram os critérios aplicados a essas decisões. Segundo, o clima na redação do *The New York Times* era tal que as repórteres se sentiram confortáveis para questionar a decisão do editor, lápis na mão, com a intenção de incluir seus comentários na matéria.

Originalidade. Além de exigir mais transparência do jornalismo, cidadãos e jornalistas podem também procurar alguma coisa mais ao julgar o valor de uma matéria. Michael Oreskes, chefe do escritório do *The New York Times* em Washington, refletiu recentemente sobre uma idéia, aparentemente simples, mas muito vigorosa, em relação à disciplina de perseguir a verdade: faça seu próprio trabalho.

Ao longo do escândalo sexual do ex-presidente Clinton com Monica Lewinsky, as empresas jornalísticas ficaram numa posição incômoda ao não saber o que fazer diante de matérias sensacionalistas de outras organizações, e que não podiam

checar. Normalmente, para complicar ainda mais o assunto, essas matérias eram baseadas em fontes anônimas, o que exigia mais cuidado com a veracidade da matéria publicada do que se estivessem citando alguém. Com base nesse tipo de fonte anônima, três empresas jornalísticas revelaram que uma terceira testemunha vira Clinton e Monica num momento íntimo – informação que mais tarde se descobriu incorreta. Deveria uma empresa jornalística revelar esse episódio porque a concorrência talvez publicasse tudo, e no final a informação ia mesmo aparecer “lá fora”?

Oreskes conclui que a resposta é um contundente não. “Aqueles que publicaram a matéria correta fizeram seu próprio trabalho. Foram cuidadosos, respeitaram os padrões básicos do uso das fontes e conseguiram suas informações de múltiplos lados. Aqueles que se preocuparam porque a informação ia aparecer ‘lá fora’, para usar a frase horrível que justifica os pecados de tantos jornalistas, aqueles preocupados porque seriam furados, em lugar de tentar fazer o trabalho bem e rápido, esses pisaram na bola.”²²

A originalidade é um conceito bastante enraizado no jornalismo. Alguns velhos axiomas da imprensa revelam a mesma coisa: “Quando em dúvida, não publique”. A tradição de “comparar” matérias também tem raízes no mesmo conceito. Em lugar de publicar o furo de outra empresa, os jornalistas preferem primeiro pedir a um colega que telefone a uma fonte para confirmar a informação. De certa forma, essa é uma maneira de evitar dar crédito à concorrência. Mas havia aí outro efeito mais importante. As matérias que não podiam ser confirmadas de uma forma independente não seriam republicadas.

Humildade. Um quinto e último conceito é o de que os jornalistas deveriam ser humildes com relação as suas próprias habilidades. Em outras palavras, não só devem ser céticos sobre o que vêem e ouvem de outras pessoas, como, também muito importante, devem ser céticos quanto a sua habilidade e o que ela significa. De novo, Jack Fuller sugere que os jornalistas precisam mostrar “modéstia em seus julgamentos” sobre o que sabem e como sabem.²³ Uma ótima forma de evitar a distorção dos fatos é manter uma honestidade disciplinada sobre os limites dos nossos conhecimentos e o poder de nossas próprias percepções.

Um incidente discutido durante uma das nossas reuniões ilustra bem esse aspecto. O evento, descrito pela então colunista de religião do *The New York Times*, Laurie Goodstein, era uma oração coletiva pentecostal nas escadarias do Capitólio, em Washington. A reunião pública incluía curas na base da fé, apelos para que se orasse mais nas escolas, condenação do aborto e da homossexualidade – ou seja, o típico cardápio de um encontro evangélico. O repórter de um jornal cobrindo o evento contou tudo isso, Goodstein explicou, mas acrescentou uma sentença: “Por vezes, o clima ficava hostil para o lado dos legisladores no imponente edifício branco atrás do palco”. Então o repórter reproduziu as palavras de um radialista cristão falando naquele mesmo palco: “Vamos orar para que Deus assassine todo mundo no Capitólio”.²⁴

O repórter achou que o radialista queria, com a palavra “assassinar”, dizer “matar”.

Contudo, dizia Goodstein, “qualquer membro da igreja pentecostal sabe que pedir a Deus para assassinar alguém significa assassinar em espírito, assassinar no sentido do Espírito

Santo, orando para que tal pessoa seja tomada pelo amor a Deus, a Jesus”.

O problema é que o repórter não sabia disso, não contava com nenhum pentecostal na redação a quem perguntar, e talvez tenha sido sôfrego demais ao querer publicar uma matéria tão delicada, deixando, no processo, de checar e recheckar com alguém se o radialista de fato estava pedindo o assassinato do Congresso americano inteiro.

“Foi uma retificação penosa por parte do jornal”, contou Goodstein. E também reforça a necessidade de sermos humildes.

JUNTAS, ESSAS CINCO idéias formam o coração da filosofia que enquadra a disciplina da verificação. Estabelecem também uma relação mais próxima entre o jornalista e o cidadão, mutuamente benéfica. Ao empregar as poderosas ferramentas de uma narrativa transparente, o jornalista fornece aos cidadãos uma informação que talvez eles nem percebessem de outra forma e faz isso sem sacrificar a integridade dos fatos. Ao mesmo tempo, ao ser mais aberto sobre seu próprio trabalho, o jornalista é encorajado a ser mais reflexivo ao recolher, organizar e apresentar as notícias.

TÉCNICAS DE VERIFICAÇÃO. É óbvio que esses conceitos não são específicos o bastante para se constituir num “método científico” de reportagem. Devem ser refinados pelos próprios jornalistas, desde que estes sejam claros sobre o assunto. Mas nós gostaríamos de oferecer alguns métodos concretos, tomados de outros jornalistas americanos. Embora não sejam enciclopédicos, os jornalistas em geral sabem armar seu próprio e

- A matéria toma partido ou faz julgamentos de valores de forma sutil? Será que alguns leitores gostarão mais do que outros da matéria?
- Todas as declarações são exatas e bem atribuídas, captando com precisão o que disseram os entrevistados?

A lista, que Yarnold imprimiu e alguns editores penduraram em seus computadores, começou como uma experiência. Yarnold deu a um grupo de trinta repórteres e editores uma cópia da tal lista para ser usada durante a produção das matérias. O grupo conseguiu cumprir oitenta por cento dos requisitos e sofreu vinte por cento menos de correções que outro que trabalhou sem a nova orientação.

As correções no fundo implicam certa subjetividade, e por isso alguns editores consideram a lista de Yarnold muito mecânica. Ainda assim, quem poderia encontrar senões nas perguntas? Este é um passo simples, eficaz na direção de uma objetividade de método.

Não assumo nada. Outro professor de jornalismo, David Protess, usa casos de condenados à morte para ensinar seus estudantes sobre a importância da verificação de supostos fatos.

Entre as lições do professor Protess estão: não confie em relatos ou informações oficiais. Chegue o mais perto que puder das fontes básicas. Seja sistemático. Corrobore.

Todos os anos o professor Protess recebe milhares de cartas de condenados à morte, jurando sua inocência. Todos os anos ele escolhe alguns desses casos para que seus estudantes examinem. Em 1999, o apelo feito por Anthony Porter foi um

dos casos usados pelo professor para injetar em seus futuros jornalistas um pouco da importância do ceticismo.

“Talvez a melhor maneira de entender meu método é o que eu faço quando eles entram na minha classe”, explica Protess numa entrevista para os autores deste livro. “Eu desenho um conjunto de círculos concêntricos no quadro-negro. Do lado de fora do círculo coloco documentos de fontes secundárias, coisas do tipo comunicados de imprensa... O círculo seguinte são documentos de uma fonte primária, material de julgamentos como testemunhos e depoimentos. O terceiro círculo é gente de verdade, testemunhas. Entrevistamos essas pessoas para ver se tudo bate bem com os documentos. Perguntamos-lhes coisas que podem aparecer na leitura dos documentos. E o círculo interno é o que chamo de alvos – a polícia, os advogados, outros suspeitos e o próprio condenado à morte.

“Vocês se surpreenderiam o quanto achamos nos primeiros documentos. Há muita coisa ali, especialmente os primeiros suspeitos que a polícia deixou ir embora.”

No círculo interno do caso Porter, o professor Protess e seus estudantes encontraram Alstory Simon, um suspeito que a polícia havia descartado rápido. Usando o seu enfoque sistemático para cruzar documentos e fontes, ele e seus estudantes descobriram um sobrinho que havia ouvido Simon confessar o crime na própria noite dos fatos. Simon finalmente foi condenado pelo crime que levaria Porter à morte. Em 19 de março de 1999, Anthony Porter se tornou o quinto prisioneiro injustamente condenado por assassinato em Illinois a ser solto graças ao trabalho do professor Protess e seus estudantes.

O trabalho de Protess foi uma extraordinária demonstração do poder de uma verificação jornalística metódica.

O lápis colorido de Tom French. Se o método do professor Protess é exaustivo, o de Tom French é maravilhosamente simples. French é especialista em escrever longas e profundas narrativas de não-ficção no *St. Petersburg Times*, na Flórida. Ele ganhou o Prêmio Pulitzer de 1998 por seus textos. French também trabalha no fechamento de matérias na redação.

Ele usa uma espécie de teste para verificar os fatos contidos em suas matérias. Antes de entregar o texto, tira uma cópia e examina linha por linha do que escreveu com um lápis colorido, colocando uma marca em cada fato e declaração, indicando que ele mesmo recheckou a veracidade de tudo.

Fontes anônimas. Todos nós, como cidadãos, confiamos em outras fontes de informações para sabermos das coisas. Em nosso nome os jornalistas vigiam o mundo e também dependem de terceiros para obter detalhes de suas matérias. Uma das técnicas mais antigas adotadas pelos jornalistas para nos garantir sua confiabilidade era a prática de revelar a fonte de suas informações. O senhor Jones disse isso e aquilo em tal discurso, no relatório anual etc. Essa dependência de terceiros para conseguir informação sempre exigiu, por parte dos jornalistas, uma postura meio cética. Logo no início da carreira o jornalista aprende o seguinte: “Se a sua mãe diz que o ama, é melhor checar bem isso”. Se a fonte de informação é descrita de forma ampla, o público pode decidir por sua conta se a informação é crível. Em anos recentes vem crescendo a dependência de fontes anônimas para a obtenção de informação pública importante – como foi o caso das matérias sobre o escândalo Clinton-Lewinsky – e os jornalistas aprenderam a importância de criar regras para garantir – e ao seu público – que mantêm independência das fontes anônimas de suas informações.

Joe Lelyveld, ex-editor-executivo do *New York Times*, exigia que repórteres e editores do jornal se perguntassem duas coisas antes de usar uma fonte anônima:

1. **Quanta informação direta a fonte anônima tem dos fatos?**
2. **Qual é o motivo, se houver algum, que levaria a fonte a nos enganar, dourando a pílula, ou escondendo aspectos importantes que podem alterar nossa melhor percepção da informação?**

Só depois de respondidas essas duas perguntas, os jornalistas do *Times* podem usar a fonte. E então, ao máximo possível, devem compartilhar essa informação com o público leitor, indicando como a fonte tinha condições de saber (“uma fonte que lera os documentos”, por exemplo) e que interesse particular essa mesma fonte pudesse eventualmente ter. Esse esforço na obtenção de maior transparência era um fator crucial no grau pelo qual o público podia julgar quanta credibilidade dar à matéria, mas, mais importante ainda, indicava os padrões da organização fornecedora da informação.

Deborah Howell, editora dos jornais da empresa Newhouse em Washington, tem outras duas normas para lidar com as fontes anônimas, que no fundo reforçam as regras do seu colega do *New York Times*.

1. **Nunca use fonte anônima para dar uma opinião sobre outra pessoa.**
2. **Nunca use fonte anônima como a primeira declaração numa matéria.**

AS MÚLTIPLAS RAÍZES DA VERDADE. No final, todos os envolvidos no processo jornalístico têm um papel a desempenhar no caminho rumo à verdade. *Publishers* e proprietários devem estar dispostos, de forma consistente, a divulgar o trabalho do jornalismo de interesse público sem medo ou favoritismo.

Os editores devem servir de protetores contra a desvalorização da moeda da livre expressão – as palavras – resistindo aos esforços do governo, empresas, advogados, ou qualquer outro jornalista, no sentido de distorcer ou manipular os fatos, chamando mentiras de verdades, guerra de paz.

Os repórteres devem ser obstinados em sua missão, além de disciplinados na luta para ir além de sua própria perspectiva dos fatos. O veterano profissional de televisão de Chicago, Caron Marin, explicava isso numa das nossas reuniões de trabalho: “Quando sentamos à mesa no Dia de Ação de Graças com as nossas famílias e começa então uma daquelas clássicas discussões entre pais e filhos – sobre política, raça, religião ou sexo – assistimos ao papo todo do nosso lado da mesa. E isso acaba ofuscando nossa posição no assunto, porque naqueles momentos também defendemos nossas idéias... Um jornalista é alguém que se afasta da mesa e tenta ver tudo do lado de fora”.²⁹

E se o jornalismo é conversação, no fim essa conversação inclui não só o discurso entre cidadãos como também com aqueles que fornecem as notícias. Os cidadãos também têm um papel. Devem, claro, ficar atentos. Devem também ser afirmativos. Se têm uma pergunta ou um problema, devem transmitir isso à empresa jornalística. Como vocês ficaram sabendo disso? Por que escreveram isso? Quais são seus princípios

jornalísticos? Essas são perguntas equilibradas, e os cidadãos merecem ouvir as respostas.

Assim os jornalistas se comprometem com a verdade, adotando-a como seu princípio maior, além de serem leais com os cidadãos, acima de tudo, de forma a poder procurar a verdade. E ao envolver os cidadãos nessa procura, os jornalistas devem aplicar métodos transparentes e sistemáticos de verificação. O próximo passo é esclarecer sua relação com aqueles que cobrem.

NOTAS

- ¹ Tucídides, *History of the Peloponnesian Wars*, books 1 e 2, tradução de G. F. Smith (Cambridge: Harvard University Press, 1991), 35-39.
- ² Claudia Puig, “Getting Inside the Truth, Filmmakers Accused of Fiddling with Facts Cite Dramatic Accuracy”, *USA Today*, 3 de novembro de 1999.
- ³ Walter Lippmann, *Liberty and the News* (New Brunswick, Nova Jersey e Londres: Transaction Publishers, 1995), 58.
- ⁴ Michael Schudson, *Discovering the News* (Nova York: Basic Books, 1978), 6. O livro de Schudson faz uma análise muito útil da passagem de um empirismo ingênuo do século 19 para a idéia inicialmente mais sofisticada de objetividade.
- ⁵ Walter Lippmann e Charles Merz, “A Test of the News”, *New Republic*, 4 de agosto de 1920.
- ⁶ Walter Lippmann, “The Press and Public Opinion”, *Political Science Quarterly*, 46 (junho de 1931), 170. O fato de que Lippmann escreveu este trecho em 1931, doze anos depois de seu estudo sobre a Revolução Russa, é um sinal de que o problema continuou atormentando-o.
- ⁷ Lippmann, *Liberty and the News*, 74.
- ⁸ *Ibid.*, 60.
- ⁹ *Ibid.*, 74.
- ¹⁰ Schudson, *Discovering the News*, 155-156.
- ¹¹ William Damon, ao Comitê de Jornalistas Preocupados, 12 de fevereiro de 1999.
- ¹² Geneva Overholser, num fórum do Comitê dos Jornalistas Preocupados, Minneapolis, 22 de outubro de 1998.
- ¹³ Robert Parry, “He’s no Pinnochio”, *Washington Monthly*, abril de 2000; disponível no site www.washingtonmonthly.com.

- ¹⁴ Ibid.
- ¹⁵ Phil Meyer, em fórum do Comitê de Jornalistas Preocupados, Flórida, 26 de fevereiro de 1998.
- ¹⁶ Norman Sims, ed., *The Literary Journalists* (Nova York: Ballantine Books, 1984), 15.
- ¹⁷ Tom Goldstein, ed., *Killing the Messenger* (Nova York: Columbia University Press, 1989), 247.
- ¹⁸ Comitê dos Jornalistas Preocupados e the Pew Research Center for the People and the Press, "Striking the Balance: Audience Interests, Business Pressures and Journalist's Values" (março de 1999); Amy Mitchell e Tom Rosenstiel, "Don't Touch That Quote", *Columbia Journalism Review*, janeiro de 2000, 34-36.
- ¹⁹ Walter Lippmann, *Public Opinion* (Nova York: The Free Press, 1965), 226.
- ²⁰ Jay Matthews, entrevistado por Dante Chinni, 12 de setembro de 2000.
- ²¹ Felicity Barringer e David Firestone, "On Torturous Route, Sexual Assault Accusation Against Clinton Resurfaces", *New York Times*, 24 de fevereiro de 1999.
- ²² Michael Oreskes, discurso em fórum do Comitê dos Jornalistas Preocupados, Washington, D.C., 20 de outubro de 1998.
- ²³ Jack Fuller, *News Values: Ideas from an Information Age* (Chicago e Londres: University of Chicago Press, 1996), 350.
- ²⁴ Laurie Goodstein, discurso em fórum do Comitê dos Jornalistas Preocupados, Detroit, 2 de fevereiro de 1998.
- ²⁵ MacCluggage em discurso a editores regionais disse: "Editem de forma mais cética. Se o ceticismo não entra nesse processo de edição desde o começo, as matérias chegarão à primeira página sem o devido rigor de escrutínio". Associated Press, "O presidente da APME urge aos editores investigar bem as matérias na busca da precisão", 15 de outubro de 1998.
- ^{26, 27 e 28} Amanda Bennett e Sandra Rowe, entrevistadas por Tom Rosenstiel, 13 de abril de 2000.
- ²⁹ Caron Marin, discurso em fórum do Comitê dos Jornalistas Preocupados, 6 de novembro de 1997.

5. Independência de Facções

Quando Maggie Gallagher estudava na Universidade de Yale, ela e alguns amigos decidiram fundar um jornal alternativo. O grupo se dizia cansado do que considerava as posições pró-sistema do *Yale Daily News*, que parecia refletir aquelas da direção da escola e da maioria dos estudantes. Assim, armados da ambição de fazer jornalismo, eles partiram para desafiar a autoridade e "subverter os paradigmas dominantes".¹

Contudo, a palavra alternativa não significava liberal para Gallagher. No começo dos anos 80, pensava, as verdadeiras vozes alternativas vinham da direita política. Ela e seus colegas em Yale se inspiravam na revolução conservadora de Ronald Reagan, convencidos de que essas vozes eram excluídas dos debates por uma imprensa de fortíssima inclinação liberal. O novo jornal dedicou uma edição inteira à viagem feita pelo seu editor ao Afeganistão, em 1982, numa missão de apoio à rebelião interna contra a invasão soviética. Para promover as matérias – e o jornal – a nova publicação colocou na primeira página uma foto grande do editor usando um turbante e segurando um rifle AK-47, sob a manchete "*Yale Free Press*, jornalismo com um ponto de vista."

Era, Gallagher descobriria ao longo dos próximos quinze anos, precisamente o tipo de jornalismo em que acreditava. À medida que subia na profissão, tornando-se colunista do Uni-